



## PROJETO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

Edição aprovada pela Resolução do Conselho Superior 21/2011

### IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

**Curso de Especialização em** Direito Previdenciário

**Área de Conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas - Direito

**Data da Aprovação do Curso:** 15/09/2011

**Edição Proposta:** 9ª edição

**Regulamentação:** Resolução CNE/CES 01/2007.

**Diretor da Faculdade IDC:** Sérgio Almeida de Figueiredo

**Credenciamento Faculdade IDC:** Portaria MEC 2.550/2005

**Coordenação do Curso:** Eduardo Rivera Palmeira Filho<sup>1</sup>

### PERÍODO E PERIODICIDADE DO CURSO:

#### Matriculas do Curso:

A partir de: 03 de outubro de 2011, até o início das aulas ou até o esgotamento das vagas.

Local: Central de Atendimento da Faculdade IDC ou pelo site [www.idc.edu.br](http://www.idc.edu.br)<sup>2</sup>

Regime de Matrícula: Matrícula por curso completo

Taxa matrícula: R\$30,00.

Documentos exigidos no ato da matrícula: *Original:* Diploma de Graduação, Carteira de Identidade e CPF.

Seleção: Ordem de Inscrição

<sup>1</sup> Possui título de Mestre pela ULBRA - Canoas e Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999) e Graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1995). Atualmente é Juiz Federal - Justiça Federal de Primeiro Grau do RS. Atua como Docente em Vários Cursos Profissionalizantes, Especialização e Preparatórios para Concursos Públicos.

<sup>2</sup> Realizando a matrícula pelo site do IDC, o aluno deverá apresentar os documentos (*Original:* Diploma de Curso Superior, Carteira de Identidade e CPF) até o dia 16 de março de 2012.

**Período do curso:****2012/01**

Início das aulas: 12 de março de 2012.

Término previsto das aulas: 25 de junho de 2012.

**Período de Férias:** 26 de junho a 12 de agosto de 2012.

**2012/02**

Início das aulas: 13 de agosto de 2012.

Término previsto das aulas: 13 de dezembro de 2012.

**2013/01**

Monografia ou trabalho de conclusão de curso

Matrícula: até 07 de dezembro de 2012<sup>3</sup>.

Entrega: até 13 de junho de 2013<sup>4</sup>.

Apresentação formal em banca: a partir de julho de 2013.

**Duração Máxima de Curso:** 3 semestres incluindo período da realização e apresentação da monografia ou trabalho de conclusão de curso.

**Carga horária total do curso:** 360 horas.

**Modalidade do Curso:** presencial na sede da Faculdade IDC

**Turno e Horário:**

Turno disponível: Noite

Dias e horários das aulas: 2<sup>as</sup> e 5<sup>as</sup> feiras, podendo, eventualmente, haver aulas nas 4<sup>as</sup> feiras no horário das 19h15min às 22h45min.

**Número de Vagas:**

Mínimo: 25 alunos

Máximo: 70 alunos

**Investimento:**

Valor total: R\$ 6.680,00

O valor de R\$ 5.980,00 pode ser parcelado em até 20 vezes sem juros, cheque pré-datado ou cartão. Ex-alunos do IDC têm 10% de desconto.

Matrícula na Monografia ou trabalho de conclusão de curso: R\$ 700,00<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> A matrícula da monografia ou trabalho de conclusão de curso se tornará efetiva quando da entrega da ficha de inscrição devidamente assinada pelo professor orientador e pagamento da matrícula.

<sup>4</sup> A monografia ou trabalho de conclusão de curso deverá ser entregue em 4 vias, encadernadas a cola quente, e uma cópia em CD, acompanhada da Ficha de Orientação preenchida pelo aluno e assinada pelo orientador e pelo aluno.

**Público alvo:** Graduados no Curso de Ciências Jurídicas e Sociais (Direito).

## SISTEMA DE AVALIAÇÃO:

### **Controle de Frequência:**

Frequência mínima: 75% da carga horária do curso.

Forma de controle: Diário de classe.

Não serão abonadas faltas.

### **OBS:**

- a) a frequência será registrada pelo professor responsável em sala de aula.
- b) o ingresso nas dependências da Faculdade, por questões de segurança, somente será admitido mediante identificação digital do aluno, a qual não substituirá o registro de frequência a ser realizado em sala de aula pelo professor, no diário de classe.

### **Avaliação do Aproveitamento do Aluno:**

Avaliação realizada em aula a critério do coordenador do curso.

### **Avaliação da monografia ou trabalho de conclusão de curso**

Defesa presencial individual de monografia ou trabalho de conclusão de curso, com presença obrigatória do Professor Orientador e mais dois Professores escolhidos pelo coordenador ou administração do curso. Será aprovado o aluno que obtiver média final igual ou superior a 7,0 (sete).

OBS: ao grau atribuído pela banca de arguição não estará sujeito a qualquer tipo de recurso.

### **Certificação**

Será fornecido **Certificado de curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* - Especialização em Direito Previdenciário** para todos aqueles que completarem a carga-horária total do curso e que cumulativamente:

- a) forem aprovados em todas as atividades acadêmicas;
- b) tiverem frequência mínima de 75% da carga horária do curso; e
- c) forem aprovados na monografia ou trabalho de conclusão de curso.

### **Aproveitamento de Estudos**

Não serão deferidos pedidos de aproveitamento de estudos de outros cursos de Pós-Graduação, Exceto:

---

<sup>5</sup> O valor da monografia deverá ser pago a vista e não tem direito a 10%, deverá ser pago no ato da matrícula na monografia.



→ disciplina de Metodologia de Pesquisa, quando o aluno já tenha feito outro curso de Pós-Graduação.

### **APRESENTAÇÃO:**

Trata-se de curso com conteúdo voltado ao exame científico e prático do Direito Previdenciário, deixando-se as questões dogmáticas como instrumento de discussão. Atende a Resolução CNE/CES 01/2007 e terá a duração de 360 horas, distribuídas em atividades teóricas e práticas, realização de uma monografia, sendo as atividades desenvolvidas em três semestres.

### **JUSTIFICATIVA:**

O Curso de Pós Graduação em Direito Previdenciário da Faculdade IDC desenvolve habilidades e conhecimentos ligados à prática previdenciária, constituindo-se em importante instrumento tanto para a advocacia qualificada quanto para a sólida formação daqueles que pretendam exercer carreiras públicas.

Pretende a formação de profissionais habilitados para a pesquisa e atuação na área de direito previdenciário, dotando-os de conhecimentos específicos em suas ramificações, tais como, previdência complementar e custeio da seguridade social.

Visa a qualificar o operador jurídico para o melhor desempenho profissional, dotando-o de instrumental doutrinário e jurisprudencial e atualizando-o em relação às modificações procedidas na legislação constitucional e infraconstitucional relativa ao tema. Capacitar o participante para a utilização da técnica processual mais adequada à solução dos casos propostos, analisando a legislação pertinente e as correntes jurisprudenciais, identificando o caso concreto e analisando as possibilidades jurídicas para sua solução, além de elaborar os recursos administrativos e peças processuais específicas do Direito Previdenciário.

Adicionalmente, o curso propiciará o debate acerca dos temas recentes a respeito de direito previdenciário no Brasil e no mundo.

### **PERFIL DO INGRESSANTE:**

O aluno deverá apresentar noções mínimas advindas da graduação, relativamente à dogmática do Direito e competências essenciais para a compreensão do estudo científico do direito material e processual.

### **MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO:**

A elaboração da monografia de conclusão de curso, prevista como atividade curricular obrigatória, é regida pelas normas devidamente atualizadas da ABNT e, suplementarmente, por normas próprias da Faculdade.

A monografia de conclusão de curso se caracteriza por ser um trabalho de reflexão, em que o aluno deverá revelar domínio do tema, da metodologia e capacidade de sistematização, devendo oferecer contribuição pessoal para a respectiva área de conhecimento.

A indicação do professor orientador da monografia de conclusão de curso é de livre escolha do aluno. O tema deve ser eleito dentre aqueles examinados nas disciplinas ministradas, e o trabalho escrito deverá observar as normas da ABNT. O acompanhamento dos trabalhos de pesquisa será feito pelo professor orientador, observando que cada orientador pode assumir no máximo dez orientações<sup>6</sup>. Caso o aluno ficar sem professor-orientador o Superintendente da Secretaria Acadêmica indicará um professor para orientar.

Será firmado termo de compromisso entre o professor orientador e o aluno, havendo para tanto uma ficha de inscrição<sup>7</sup> na qual serão registrados o nome do orientador e do aluno, título da monografia de conclusão de curso e a assinatura de ambos. Após a assinatura do termo de compromisso, professor e aluno, de comum acordo, estabelecerão o cronograma de orientação. A conclusão do curso fica condicionada à apresentação e à aprovação de monografia de conclusão de curso com defesa em banca, formada pelo orientador e por mais dois professores, indicados pelo coordenador do Curso ou pelo Superintendente da Secretaria Acadêmica.

A avaliação da monografia de conclusão de curso será realizada através de sustentação oral, frente à Banca de Arguição especialmente designada, com a atribuição de CONCEITOS que se utilizam da seguinte metodologia:

<b>GRAU OBTIDO</b>	<b>CONCEITO MERITÓRIO</b>
9,5 a 10	aprovado com louvor <sup>8</sup>
7 a 9,4	aprovado
5 a 6,9	não aprovado, estando sujeito à reavaliação
menos de 5	reprovado <sup>9</sup>

### **ORGANIZAÇÃO CURRICULAR:**

O curso, atende a Resolução CES/CNE 01/2007, organiza-se em 14 disciplinas, enfocando desde a formação, sendo elas: Direito Constitucional – Direitos Fundamentais Previdenciários; Direito das Relações de Trabalho e Direito Previdenciário; Metodologia do Ensino Superior; Direito Tributário; Direito Previdenciário – Aposentadorias do RGPS; Introdução ao Direito Previdenciário; Segurados e dependentes do RGPS; Português Jurídico; Regimes Próprios de Previdência Social;

<sup>6</sup> O Professor Orientador poderá assumir mais de dez orientações sob autorização do Coordenador do Curso ou pelo Superintendente da Secretaria Acadêmica.

<sup>7</sup> Ficha de Inscrição da Monografia de Conclusão do Curso, tal ficha esta disponível no site do IDC [www.idc.edu.br](http://www.idc.edu.br) ou na Central de Atendimento da Faculdade.

<sup>8</sup> Sendo a monografia de conclusão de curso aprovada com louvor, poderá ser indicada pelo Orientador para publicação.

<sup>9</sup> Neste caso não há possibilidade de recuperação.

Previdência Privada; Custeio da Seguridade Social; Direito Previdenciário – Demais Benefícios do RGPS; Cálculo das Prestações Previdenciárias do Regime Geral; Direito Processual Previdenciário, e terá a duração de 360 horas, distribuídas em atividades teóricas e práticas, sendo as atividades desenvolvidas em dois semestres.

**No 1º semestre** as disciplinas serão: Direito Constitucional – Direitos Fundamentais Previdenciários; Direito das Relações de Trabalho e Direito Previdenciário; Metodologia do Ensino Superior; Direito Tributário; Direito Previdenciário – Aposentadorias do RGPS; Introdução ao Direito Previdenciário; Segurados e dependentes do RGPS; Português Jurídico.

**No 2º semestre** serão ministradas as disciplinas de: Regimes Próprios de Previdência Social; Previdência Privada; Custeio da Seguridade Social; Direito Previdenciário – Demais Benefícios do RGPS; Cálculo das Prestações Previdenciárias do Regime Geral e Direito Processual Previdenciário

As aulas ocorrerão às 2ªs feiras e 5ª feiras, eventualmente nas 4ª feiras das 19h15min às 22h45min. No terceiro semestre fica reservado para a elaboração e apresentação da monografia de conclusão de curso, a ser apresentada e avaliada por banca de arguição.

Para auxiliar na pesquisa para a monografia de conclusão de curso, serão abordados 4 encontros de Metodologia de Pesquisa Jurídica. A disciplina terá como objetivo dar ao aluno uma visão dialética da relação professor-aluno-aprendizagem, refletindo sobre o contexto educacional compreendendo o fenômeno da cognição, bem como demonstrando situações concretas de ensino-aprendizagem. Outro objetivo da disciplina é permitir aos alunos instrumentos básicos para a elaboração de trabalhos científicos.

## PROGRAMA DO CURSO

### **Regimes Próprios de Previdência Social**

Conceito; o Regime Próprio dos Servidores Públicos Federais, Estaduais e Municipais; Disposições Constitucionais. Benefícios; Contribuição. Análise dos Estatutos: Funcionários Federais e Funcionários do Estado do RS (IPE); Principais Questões Litigiosas.

### **Previdência Privada**

Histórico; Evolução Legislativa; Regime de Capitalização; Órgãos Reguladores e Fiscalizadores. As Entidades Fechadas; a Portabilidade; o Resgate; a Contribuição; a Relação Trabalhista; a Manutenção do Vínculo; Principais Questões Litigiosas. As Entidades Abertas; o Plano de Benefícios; Participante e Beneficiário; Planos Individuais e Coletivos; Fundos Multipatrocinaados; a Portabilidade; a Tributação; a Manutenção do Vínculo; Principais Questões Litigiosas.

### **Custeio da Seguridade Social**

Receitas das Contribuições Sociais: dos Segurados, das Empresas, do Empregador Doméstico, do Produtor Rural, do Clube de Futebol Profissional, Sobre a Receita de Concursos de Prognósticos, Receitas de Outras Fontes. Salário-de-contribuição: Conceito; Parcelas Integrantes e Parcelas Não-Integrantes; Limites Mínimo e Máximo; Salário-Base; Proporcionalidade; Reajustamento. Arrecadação e Recolhimento das Contribuições Destinadas à Seguridade Social: Competência; Obrigações da Empresa e Demais Contribuintes; Prazo de Recolhimento; Recolhimento Fora do Prazo; Obrigações Acessórias; Notificação Fiscal de Lançamento de

Débito; Matrícula da Empresa. Exame da Contabilidade: Prerrogativa da Receita Federal do Brasil; Inscrição de Ofício; Aferição Indireta. Responsabilidade Solidária: Conceito, Natureza Jurídica e Características; Aplicação na Construção Civil, na Cessão de Mão-de-obra e em Grupo Econômico. Parcelamento de Contribuições e Demais Importâncias Devidas à Seguridade Social. Restituição e Compensação de Contribuições. Isenção de Contribuições: Requisitos, Manutenção e Perda. Prova de Inexistência de Débito. Infrações à Legislação Previdenciária. Recurso das Decisões Administrativas. O Super-Simples.

### **Direito Previdenciário – Demais Benefícios do RGPS**

Aposentadoria por Invalidez. Auxílio-Doença. Auxílio-Acidente; Salário-Família; Salário-Maternidade. Pensão por Morte; Auxílio Reclusão. Abono Anual. Acumulação de Benefícios. Serviços em Espécie: Serviço Social e Reabilitação Profissional. Assistência Social: Regime Jurídico; Prestações.

### **Cálculo das Prestações Previdenciárias do RGPS**

Cálculo da Renda Mensal Inicial dos Diversos tipos de Benefícios. Cálculo dos Valores de Liquidação de Sentença. Cálculo de Valores de Ações Revisionais. Cálculo do Valor da Causa.

### **Direito Processual Previdenciário**

Particularidades Processuais em Matéria Previdenciária: Competência; Petição Inicial dos Diversos Benefícios; Citação; Resposta do Réu; Intervenção do Ministério Público; Sentença; Reexame Necessário; Recursos; Justificação; Ação Declaratória; Mandado de Segurança; Procedimentos Administrativos; Prévio Ingresso na Via Administrativa: Questões Controvertidas. Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Aposentadoria por Idade e Aposentadoria Especial: Petição Inicial Ação de Concessão de Aposentadoria; Antecipação da Tutela; Planilha de Cálculo do Tempo de Serviço; Exemplos Práticos. Demais Benefícios: Aposentadoria por Invalidez; Auxílio-Doença; Pensão por Morte; Auxílio-Reclusão; Salário-Família; Salário-Maternidade; Auxílio-Acidente; Benefício Assistencial de Prestação Continuada: Petição Inicial; Ação de Concessão; Antecipação da Tutela; Exemplos Práticos. Ações Revisionais de Benefícios: Peças Processuais mais Comuns, de Acordo com Antigas e Novas Teses de Revisão; Cálculos; Exemplos Práticos. Execução de Sentença Previdenciária: Introdução; Habilitação; Liquidação; Citação; Embargos; Pagamento; Erro Material; Medidas Constritivas; Critérios de Atualização Monetária. Rito da Lei dos Juizados Especiais Federais: Particularidades; Valor da Causa e Competência; Cálculos; Recursos; Execução de Sentença. Execução Fiscal de Créditos Previdenciários. Introdução; Lei de Execução Fiscal; Principais Características; Embargos à Execução; Exceção de Pré-Executividade.

### **Direito Constitucional – Direitos Fundamentais Previdenciários**

Direitos Fundamentais. Origem. Gerações de Direitos: Direitos Liberais, Sociais e de Fraternidade. Características. Metodologia dos Direitos Fundamentais. O Constitucionalismo de Princípios. Princípios e Regras. Princípio da Proporcionalidade. Seguridade Social. Previdência Social

### **Direito das Relações de Trabalho e Direito Previdenciário**

Contrato de Trabalho e Relação Previdenciária. Relação Jurídica de Emprego: Conceito de Empregado e Empregador; Grupo Econômico; Sucessão de Empregadores. Jornada de Trabalho: a Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho e seus Efeitos Previdenciários; a Extinção do Contrato de Trabalho. Conceito de Salário; o Diretor Empregado/Estatutário; o Cooperado; o Estagiário; o Aprendiz; o Voluntário; a Exigência de Contribuições e a Possibilidade de Descaracterização das Modalidades Contratuais Trabalhistas. O Acidente do Trabalho:

Caracterização; Modalidades de Acidente do Trabalho; Doença Profissional x Doença Ocupacional; Estabilidade no Emprego de Lei e de Norma Convencional; a Comunicação de Acidente do Trabalho O Seguro-Desemprego: Histórico; Regra Matriz de Incidência; Requisitos para a Obtenção; Valor do Benefício; Data de Início do Benefício; Cancelamento do Benefício; Acumulação com outros Benefícios

### **Metodologia do Ensino Superior**

Conhecimento, Ciência, Métodos e Técnicas Científicas. Pesquisa Jurídica. Elaboração do Projeto e Plano. Discussão Sobre os Projetos e Planos

### **Direito Tributário**

Introdução; Conceito de Tributo; Análise dos Princípios Tributários: Legalidade, Anterioridade, Irretroatividade, Capacidade Contributiva, Segurança Jurídica, Confisco, Entre Outros. Competência Tributária e Capacidade Tributária; Normas Gerais em Matéria Tributária; Obrigação Tributária e Crédito Tributário; Responsabilidade Tributária. Modalidades de Lançamento, Instituição e Extinção da Relação Jurídica Tributária, Prescrição e Decadência; Isenção e Imunidade, Distinção e Análise Tópica de Algumas Imunidades. Espécies Tributárias. Contribuições (Gênero e Espécies).

### **Direito Previdenciário – Aposentadorias do RGPS**

Aposentadoria por Tempo de Serviço/Contribuição: Tempo de Serviço e de Contribuição: Regime e Prova; Contagem Recíproca; Indenização de Contribuições; Compensação entre Regimes Previdenciários. Aposentadoria por Idade. Aposentadoria Especial.

### **Introdução ao Direito Previdenciário**

Seguridade Social: Conceito; Histórico; Princípios; Órgãos. Origem e desenvolvimento do Direito Previdenciário no Mundo; Desenvolvimento do Direito Previdenciário no Brasil. Posição do Direito Previdenciário nas Ciências; Jurídicas Onomástica; Definição e Autonomia. Fontes do Direito Previdenciário. Aplicação da Lei Previdenciária no Tempo e no Espaço. Regimes Previdenciários: Geral, Próprio e Complementar; Estudo da Regra Matriz de Incidência Previdenciária. Princípios Previdenciários. Salário-de-Contribuição: Conceito; Cálculo de acordo com as Diversas Espécies de Segurados; Teto e Limites; Reajuste e Atualização. Salário-de-Benefício: Conceito; Fator Previdenciário; Limitação da Renda Mensal dos Benefícios: Conceito, RMI; Reajustamento; Prescrição e Decadência.

### **Segurados e dependentes do RGPS**

Segurados: Filiação e Inscrição; Requisitos para o Alcance da Condição de Segurado; Manutenção e Perda da Condição de Segurado e suas Implicações; Prorrogação da Condição de Segurado. Dependentes: Evolução do Conceito de Dependência Diante da Constituição Federal; Comprovação da Condição de Dependente; Manutenção e Perda da Condição de Dependente. Relações Jurídicas na Previdência Social; Carência; Conceito de Empresa.

### **Português Jurídico**

A comunicação na área do Direito: a linguagem e sua relação com o contexto de produção de um texto; circunstâncias de uso da linguagem jurídica. A coesão textual: a organização lógica das informações em texto da área jurídica: uso adequado de verbos, tempos e modos verbais; pronomes; advérbios; conjunções; e outras categorias gramaticais responsáveis pela tessitura das partes do texto. O papel da pontuação na construção do sentido do texto jurídico: o emprego de vírgulas, travessões, parênteses, ponto-e-vírgula, dois pontos etc. Diferentes formas de ordenação



de elementos/ informações em uma frase e sua implicação no sentido do texto. Problemas na organização de frases e parágrafos de conteúdo jurídico: ambigüidades, fragmentação, falha de continuidade e outros. A inserção do discurso alheio no texto jurídico: citações; argumentos de autoridade; expressões latinas.

<b>PROFESSORES:</b>
---------------------

Alexandre Corrêa da Cruz, Prof. Ms.

Andrea Nárrimam Cezne, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>.

Carla Evelise Justino Hendges, Prof<sup>a</sup>. Ms.

César Roxo Machado, Prof.

Eduardo Riveira Palmeira Filho, Prof. Ms.

Eugélio Luis Müller, Prof. Ms.

Gracy Keim, Prof<sup>a</sup>. Ms.

Guilherme Eugênio Guedes Fortes, Prof. Esp.

Jane Lucia Wilhelm Berwanger, Prof<sup>a</sup>. Ms.

Jose Caetano Zanella, Prof. Esp.

Luiz Eduardo Motta, Prof. Esp.

Marilinda da Conceição Marques Fernandes, Prof<sup>a</sup>. Ms.

Martha Dreyer de Andrade Silva, Prof<sup>a</sup>. Ms

Roberto da Rosa Lima, Prof.

Viviane Schacker Militão, Prof<sup>a</sup>. Esp.

Wilson Antonio Steinmetz, Prof. Dr.

Número total de docentes que ministrarão o Curso: 16

Número de Graduados: 2

Número de Especialistas: 4

Números de Mestres: 8

Números de Doutores: 2

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA<sup>10</sup>:

ALMEIDA, Edvaldo Nilo de. Repensando os princípios: princípios constitucionais sociais trabalhistas e a mudança dos paradigmas dos princípios específicos do direito do trabalho. Disponível em: <[www.unifacs.br/revistajuridica/edicao\\_marco2004/discente/disc03.doc](http://www.unifacs.br/revistajuridica/edicao_marco2004/discente/disc03.doc)>. Acesso em: 03 mar. 2008

ALVIM, Ruy Carlos Machado. Uma história crítica da legislação previdenciária brasileira. Revista de Direito do Trabalho, São Paulo, n. 18, p. 11-44, mar.-abr. 1979.

ARAÚJO, Odília Sousa de. A Reforma da Previdência Social Brasileira no Contexto das Reformas do Estado: 1988 a 1998. Tese de doutoramento. UFRJ, 2000

BALERA, Wagner. A seguridade social na Constituição de 1988. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

BARCELLOS, Ana Paula de. A eficácia jurídica dos princípios constitucionais – O princípio da dignidade da pessoa humana. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BARROSO LEITE, Celso. A proteção social no Brasil. 2. ed. São Paulo: LTr, 1978.

BARROSO, Luís Roberto; BARCELLOS, Ana Paula de. O começo da história. A nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro. Disponível em: <[www.camara.rj.gov.br/setores/proc/revistaproc/revproc2003/arti\\_histdirbras.pdf](http://www.camara.rj.gov.br/setores/proc/revistaproc/revproc2003/arti_histdirbras.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2006.

BARROSO, Luís Roberto. O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da constituição Brasileira. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e aplicação da Constituição. São Paulo: Saraiva, 2004.

BERWANGER, Jane Lúcia Wilhelm. Período básico de cálculo: questionamentos. In: Direito previdenciário em debate. Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário. Curitiba: Juruá, 2007. p. 49.

CARDONE, Marly A. Dicionário de direito previdencial. Doutrina. Legislação. Jurisprudência. São Paulo: LTr, 2002.

CARDONE, Marly A. Previdência, assistência, saúde: o não trabalho na Constituição de 1988. São Paulo: LTr, 1990.

CARDOSO, Fernando Henrique. A emenda e o soneto. O Estado de S. Paulo, coluna Espaço Aberto, em Junho/2003. Disponível em: <<http://www.ifhc.org.br/UserFiles/File/artigos%20FHC/2003-06.pdf>>. Acesso em: abr. 2008.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. Princípios da seguridade social na ordem jurídica vigente. Revista de Doutrina do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Porto Alegre, n. 06, 2005.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira; LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. 8. ed. Santa Catarina: Conceito, 2007.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; CORREIA, Érica Paula Barcha. Curso de direito da seguridade social. São Paulo: Saraiva, 2007.

<sup>10</sup> A bibliografia complementar ficará disponível no setor de cópias que os interessados requerer cópias.

CRUZ, Paulo Márcio. Fundamentos do direito constitucional. Curitiba: Juruá, 2001.

CRUZ, Paulo Márcio. Caderno de direito previdenciário. Porto Alegre: Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, 2007.

DAROS, Ana Carine Busato. O princípio da proibição de retrocesso social – no âmbito do Direito Fundamental à Previdência Social delineado na Constituição Federal de 1988. Dissertação de Mestrado. PUC-Paraná. Disponível em: <[http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=799](http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=799)>. Acesso em: 03 mar. 2008.

DERBLI, Felipe. O princípio da proibição de retrocesso social na Constituição de 1988. Biblioteca de Teses. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

DUARTE, Clarice Seixas. Os documentos internacionais de proteção aos direitos humanos e a legislação brasileira, Disponível em: <[www.acaoeducativa.org.br/opa/opa02.pdf](http://www.acaoeducativa.org.br/opa/opa02.pdf)>. Acesso em: 08 jan. 2008.

DUARTE, Marina Vasques. Direito previdenciário. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.

DUZ, Clausner Donizeti. O princípio constitucional da vedação ao retrocesso frente à constitucionalidade do artigo 5º, § 3º, da CF/88. Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 3, n. 160. Disponível em: <[www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1016](http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1016)>. Acesso em: 06 jan. 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. A política social do estado capitalista. As funções da previdência e da assistência sociais. São Paulo: Cortez, 1985.

FORTES, Simone Barbisan. A reforma previdenciária e seu reflexo na sistemática de cálculo da renda mensal inicial dos benefícios previdenciários. In: Temas atuais de direito previdenciário e assistência social. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

FORTES, Simone Barbisan; PAULSEN, Leandro. Direito da seguridade social – prestações e custeio da previdência, assistência e saúde. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

HORVATH JUNIOR, Miguel. Direito previdenciário. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2002.

HORVATH JUNIOR, Miguel. Os direitos fundamentais e a seguridade social. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=1204](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1204)>. Acesso em: 02 nov. 2007.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de direito previdenciário. Rio de Janeiro: Impetus, 2006.

MACCALÓZ, Salete Maria Polita. O impacto de gênero da reforma da previdência no Brasil. Disponível em: <[http://www.eclac.org/mujer/proyectos/pensiones/publicaciones/word\\_doc/Brasil.pdf](http://www.eclac.org/mujer/proyectos/pensiones/publicaciones/word_doc/Brasil.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2008.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. A seguridade social na Constituição Federal. São Paulo: Ltr, 1992.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Comentários à lei básica da Previdência Social. Tomo II: Plano de benefícios lei n. 8.213/91 Decreto n. 3.048/99. São Paulo: LTr, 2001.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Princípios de direito previdenciário. São Paulo: LTr, 2001.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de direito previdenciário. Tomo II: Previdência social. São Paulo: LTr, 2003.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social: custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, assistência social, saúde. São Paulo: Atlas, 2006.

MENDONÇA, José Vicente dos Santos. Vedação do retrocesso: o que é e como perder o medo. Revista de Direito da Associação dos Procuradores do Novo Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Lúmen Júris, v. XII: Direitos fundamentais, 2003. p. 205-236.

MORAIS, José Luiz Bolzan. A idéia de direito social – o pluralismo jurídico de George Gurvitch. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

PAIVA, Mauro Antônio de. Aposentadoria por tempo de contribuição: um benefício em via de extinção? Trabalho de aproveitamento da Disciplina de Direito Previdenciário I, do Curso de Pós-Graduação (Stricto Sensu) em Direito, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

PEREIRA JÚNIOR, Aécio. Evolução histórica da Previdência Social e os direitos fundamentais. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 707, 12 jun. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6881>>. Acesso em: 03 nov. 2007.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. São Paulo: Saraiva, 2007.

PIOVESAN, Flávia. Proteção em jogo. direitos econômicos, sociais e culturais e os desafios. Revista Consultor Jurídico, 26 ago. 2002. Disponível em: <<http://conjur.estadao.com.br/static/text/10798,1#null>>. Acesso em: 6 jan. 2008.

PULINO, Daniel. A aposentadoria por invalidez no direito positivo brasileiro. São Paulo: LTr, 2001.

RIBEIRO, Julio César Garcia. A Previdência Social do regime geral na constituição brasileira. São Paulo: LTr, 2001.

ROCHA, Daniel Machado da. O direito fundamental à Previdência Social – na perspectiva dos princípios constitucionais diretos do sistema previdenciário brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. Comentários à lei de benefícios da Previdência Social. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

ROSANVALLON, Pierre. A crise do Estado-providência. Tradução de Joel Pimenta de Ulhoa. Goiânia: UFG, 1997.

SANFELICE, Patrícia de Mello. O princípio da solidariedade – origem, características e aplicação na Seguridade Social. Revista de Direito Social, São Paulo, n. 7, p. 11-15, 2002.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SARLET, Ingo Wolfgang. O estado social de direito, a proibição de retrocesso e a garantia fundamental da propriedade. Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado, Salvador: IBDP, n. 9 mar.-abr.-maio 2007. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-9-MAR%C3%87O-2007-INGO%20SARLET.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2007.

SARLET, Ingo Wolfgang. Proibição de retrocesso, dignidade da pessoa humana e direitos sociais: manifestação de um constitucionalismo dirigente possível. Disponível em:

<[www.tex.pro.br/wwwroot/01de2006/proibicao\\_ingo\\_wlfgang\\_sarlett.pdf](http://www.tex.pro.br/wwwroot/01de2006/proibicao_ingo_wlfgang_sarlett.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2007.

SARLET, Ingo Wolfgang. Os direitos fundamentais sociais na Constituição de 1988. Revista Diálogo Jurídico, Salvador, ano 1, v. 1, n. 1, 2001. Disponível em: <[http://www.direitopublico.com.br/pdf\\_4/DIALOGO-JURIDICO-04-JULHO-2001-INGO-SARLET.pdf](http://www.direitopublico.com.br/pdf_4/DIALOGO-JURIDICO-04-JULHO-2001-INGO-SARLET.pdf)>. Acesso em: 28 jan. 2008.

SAVARIS, José Antonio. Traços elementares do sistema constitucional de seguridade social. Curso de Especialização em Direito Previdenciário. Curitiba: Juruá, 2007. v. 1.

SAVARIS, José Antonio. O princípio constitucional da adequada proteção previdenciária: um novo horizonte de segurança social ao segurado aposentado. Revista de Doutrina da 4ª Região, Porto Alegre, n. 22, fev. 2008. Disponível em: <[http://www.revistadoutrina.trf4.gov.br/artigos/edicao022/Jose\\_Savaris.htm](http://www.revistadoutrina.trf4.gov.br/artigos/edicao022/Jose_Savaris.htm)>. Acesso em: 05 mar. 2008.

SCHÄFER, Jairo Gilberto. Direitos fundamentais: proteção e restrições. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SILVA, Ademir Alves da. A reforma da Previdência Social brasileira: entre o direito social e o mercado. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 18, n. 3, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392004000300003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000300003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 27 ago. 2007.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2007.

SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das normas constitucionais. São Paulo: Malheiros, 2002.

STRECK, Lenio Luiz. Da utilidade de uma análise garantista para o direito brasileiro. Disponível em: <[http://www.femargs.com.br/revista02\\_streck.html](http://www.femargs.com.br/revista02_streck.html)>. Acesso em: 07 ago. 2006.

STRECK, Lenio Luiz. Teoria da constituição e jurisdição constitucional. Caderno de Direito Constitucional, Porto Alegre: Escola da Magistratura Federal da 4ª Região, 2006.

STRECK, Lênio Luiz; MORAIS, José Luiz Bolzan de. Ciência política e teoria do Estado. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

TAFNER, Paulo; GIAMBIAGI, Fabio et al. Previdência no Brasil: debates, dilemas e escolhas. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/previdencianobrasil/Livro\\_Completo.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/previdencianobrasil/Livro_Completo.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2007.

TAVARES, Marcelo Leonardo. Previdência e assistência social – legitimação e fundamentação constitucional brasileira. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

TAVARES, Marcelo Leonardo. Direito previdenciário. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2005.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

## Metodologia de Pesquisa jurídica

FURASTÉ, Pedro. **Normas técnicas para o trabalho científico:** elaboração e formatação. Porto Alegre:[s.n]., 2008.



LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2004.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Monografia jurídica**. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MONTEIRO, Cláudia Servilha; MEZZAROBÀ, Orides. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito**. 3. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2006.

---

Visto do Coordenador do Curso

---

Visto do Diretor da Faculdade

---

Visto do Superintendente da  
Secretaria Acadêmica